

RESENHA

BOWEN, W. G. & BOK, D. (2004), *O curso do rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade*. Rio de Janeiro, Editora Garamond/Centro de Estudos Afro-Brasileiros:626.

Valter Roberto Silvério¹

Publicado originalmente pela Princeton University Press em 1998 com o título “**The Shape of the River**: long-term consequences of considering race in college and university admission. O livro dos ex-Reitores da Universidade de Princeton, William G. Bowen, e da universidade de Harvard, Derek Bok, faz um balanço das políticas da ação afirmativa na vida de milhares de estudantes dos diferentes grupos étnicos e raciais que ingressaram nas universidades norte-americanas entre 1970 e 1990. O livro chega ao Brasil graças a uma iniciativa do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), da Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Na versão em português, o livro com 626 páginas detalha aproximadamente 30 anos de implementação da ação afirmativa nas chamadas universidades seletivas norte-americanas. As universidades seletivas são aquelas extremamente concorridas nas quais todos os jovens gostariam de estudar pelas condições que elas oferecem, desde o corpo docente de primeira linha até a abastada ajuda financeira para alunos carentes, mas que poucos estudantes têm o privilégio de cursar.

Partindo da observação de que o debate sobre o uso de raça como critério concentrou-se na questão de quem “merece” ou “é digno de” uma vaga na turma de calouros, os autores demonstram com vários argumentos que as notas anteriores e os escores numéricos de testes proporcionam um meio tentador de definir as qualificações, uma vez que são fáceis de compilar e comparar, mas eles são apenas uma pequena parte do processo seletivo no caso norte-americano. Ao invés de considerá-los um fim em si mesmo, a questão para os autores é a seguinte: o que nos dizem eles, de fato, e o que estamos tentando prever?

O livro é uma tentativa de mapear o que significaram as normas de admissão sensíveis à raça no correr de um longo trecho do rio, tanto para os indivíduos que são admitidos quanto para a sociedade que investe em sua educação, e que conta maciçamente com uma liderança futura.

Escrito com base na experiência norte-americana de 28 instituições de ensino superior seletivas os autores partem dos seguintes pressupostos:

- 1) a permanência de uma linha divisória de cor, o núcleo da discussão dos autores é em torno da distância entre os valores expressos na carta magna (constituição americana) e as realidades vividas;
- 2) o divisor racial desestimula o desenvolvimento de relações comuns entre os indivíduos, baseadas na confiança e no respeito mútuo; e
- 3) a persistência de grandes desigualdades de riqueza, privilégio e posição.

Uma preocupação central dos autores está expressa na seguinte questão: em que medida o EUA está desenvolvendo em sua plenitude seu potencial? Quais são as respostas que o país tem dado ao debate sobre ampliação ou restrição da diversidade nas universidades e nos postos de liderança na sociedade?

Para responder as questões postas acima o estudo propõe-se, dentre outros objetivos, a “desvendar” o sentido de termos como “mérito”, esclarecer suas diversas acepções possíveis e explicitar as consequências da adoção de uma dada concepção, do que ela significa, em vez de outra.

Os autores nos informam desde o início que nunca foram favoráveis às cotas, o que lhes permitem listar e criticar os argumentos de indivíduos e instituições favoráveis ou contrários às medidas sensíveis à raça com um certo grau de isenção, apoiando-se em uma massa de dados estatísticos extraídos do Banco de Dados G&EP².

Os autores reconhecem que a política de admissão sensível à raça, nas faculdades e universidades, assentava-se num conjunto de pressupostos que, até então, nunca haviam sido empiricamente testados, dentre os quais eles destacam: a) a falta de informação sobre temas como o desempenho acadêmico dos alunos oriundos de grupos minoritários com escores mais altos e mais baixos nas faculdades e universidades mais seletivas; b) a natureza e o grau de interação entre as diferentes raças no *campus*, e c) a carreira posterior dos alunos de minorias que adentraram às faculdades e universidades mais seletivas pelos critérios sensíveis à raça.

O estudo restringe-se ao ensino superior. Outra limitação destacada pelos autores é que a investigação concentrou-se em alunos

negros e brancos comparando muito esporadicamente as situações de asiáticos e latinos dois segmentos que têm ampliado de forma considerável sua presença no sistema de ensino superior norte-americano. No fundamental o estudo aborda questões centrais da política educacional relativas à diversidade populacional nos cursos universitários.

O banco de dados denominado Graduação e Experiência Posterior (G&EP contém registros de mais de oitenta mil alunos do curso de graduação que se matricularam nas 28 faculdades e universidades analisadas no outono de 1951, no outono de 1976 e no outono de 1989.

Trata-se de um estudo sumamente quantitativo que utiliza técnicas simples, segundo os autores, “*compatíveis com a obrigação de relatar resultados que façam sentido*”. Dentre as técnicas utilizadas encontra-se sobretudo “*as regressões múltiplas, a fim de desenredar as muitas forças que afetam em conjunto o desempenho estudantil no curso de graduação, a obtenção de graus universitários avançados e os resultados em épocas posteriores da vida*” (Bowen & Bok, 2004:27).

O livro está organizado em dez capítulos, sendo que o primeiro descreve a origem e a evolução das normas de admissão sensíveis à raça e o último apresenta as conclusões dos autores a respeito do papel da raça no processo de admissão e como se deve interpretar conceitos como “justiça” e “mérito”.

A primeira preocupação dos autores é a de contextualizar as origens e o desenvolvimento do chamado “acesso sensível à raça”, em especial na educação superior norte-americana. A Segunda Guerra Mundial e a demanda de mão-de-obra fabril sem precedentes que surge nos EUA deve ser considerada como o ponto de partida para as mudanças extraordinárias naquele país com a decorrente onda de migração para o norte. Em relação aos negros e negras as transformações são altamente expressivas como demonstram alguns indicadores. Em 1940 a grande maioria das famílias negras viviam em comunidades rurais no sul e cerca de 90% encontravam-se na pobreza, quando avaliada pelos critérios atuais, e sua renda correspondia à metade da dos brancos. Entre 1940 e 1960, os índices de pobreza entre os negros declinaram de aproximadamente 93% para 55%, o nível educacional elevou-se de uma média de escolarização de 7 anos em 1940 para 10,5 anos em 1960.

Tais conquistas, entretanto, não significaram maiores avanços no acesso de africano-americanos às profissões de elite. Assim, um dos aspectos fundamentais do pós-guerra foi as várias sentenças da Suprema Corte que alteraram o impacto da constituição sobre os africano-americanos. Dentre as várias sentenças importantes do período convém registrar um parecer unânime da Suprema Corte, em que a mesma proferiu sua célebre decisão do caso *Brown vs. Diretoria de Ensino*, pondo fim à segregação escolar *de jure* no sul do país (Bowen & Bok, 2004:35).

Tudo indica que as decisões do judiciário, do executivo e do legislativo foram impulsionadas pela ampla mobilização social organizada da população negra dentre as quais ganhou notoriedade o boicote aos ônibus de Montgomery, no Alabama, em 1955-1956, que colocou Martin Luther King Jr. no centro das ações que tinham como objetivo principal dessegregar os transportes públicos, os locais de hospedagem pública e as escolas em todo o sul.

Em 1965, apenas 4,8% de todos os alunos universitários dos EUA eram africano-americanos e dentre estes menos de 2% estavam matriculados em cursos de formação das chamadas profissões liberais (engenharia, medicina e direito). Os estudantes negros de direito, por exemplo, eram em torno de 1% do total e $\frac{3}{4}$ destes estavam em escolas exclusivamente negras. Da mesma forma encontravam-se os estudantes negros de medicina. Num total aproximado de 2% de todos os estudantes do país $\frac{3}{4}$ deles estavam na Universidade de Howard e na Faculdade de Medicina Meharry, ambas instituições exclusivas para negros.

A mudança nesse quadro encontra-se na conjugação de algumas ações tanto no âmbito do governo quanto da iniciativa privada. Dentre elas vale destacar as seguintes: 1) em 1962, um juiz federal ordenou que a Universidade do Mississippi admitisse um aluno negro, o que acarretou uma explosão de violência quando o governador Ross Barnett ordenou que soldados da polícia estadual berrassem a entrada do rapaz, 2) em 1964, o presidente Johnson ratificou uma Lei de Direitos Cívicos que obrigava o governo a envidar sérios esforços para dismantelar a segregação promovida pelo Estado, 3) em 1965, depois de uma sangrenta ação policial em Selma, o congresso aprovou uma Lei sobre o Direito de Voto com recursos de implementação realmente eficazes e com efeitos imediatos no comparecimento eleitoral dos negros que passou a subir no sul do país, 4) em junho de 1965, na Universidade de

Howard, o presidente Johnson proferiu sua famosa justificativa no sentido de dar oportunidades aos negros: “*Não é possível pegar uma pessoa que esteve agrilhoada durante anos, colocá-la na linha de largada de uma corrida, dizer-lhe que ‘agora você está livre para competir com todos os outros’ e, ainda, assim, acreditar com justiça que está sendo completamente imparcial*” (Bowen & Bok, 2004:40).

Logo a seguir o Escritório de Normas sobre Contratos Federais e a Comissão de Igualdade de Oportunidades no Emprego ordenaram que as empresas contratadas pelo governo federal submetessem projetos detalhados, que incluíssem metas e cronogramas para a montagem de uma força de trabalho que refletisse a disponibilidade de empregados oriundos das minorias no mercado de trabalho.

O resultado mais visível no final dos anos 60 e durante os anos 70, com todos os contratemplos e contradições, foi um imenso compromisso das principais instituições de ensino superior públicas e privadas que, por meio de seus administradores, passaram a considerar que tinham um papel a desempenhar na educação de estudantes oriundos das minorias.

Não faltaram e, de certa forma, não faltam na atualidade, questionamentos legais àquelas medidas de inclusão efetiva. No entanto, como os autores mostram, ao que tudo indica, é a sociedade quem tem benefícios diretos da política de acesso sensível a raça.

Um primeiro aspecto que chama atenção foi o desafio inicial enfrentado pelo administradores das 28 instituições. Para os autores há uma suposição errônea e generalizada de que os escores e notas devam representar as únicas considerações realmente válidas, ao se decidir quem deve ser aceito em uma instituição seletiva. Notas e escores não são as únicas medidas legítimas de admissão e nem sempre, como muitos afirmam, alunos que supostamente têm “mérito” com base naqueles indicadores conseguem se transformar em profissionais conscientes de seu papel social.

Assim, fica claro que decidir quais são os alunos de maior “mérito” depende do que se esteja tentando realizar em termos educacionais e sociais. Se as notas, escores e testes são úteis para ajudar as instituições a rejeitarem certos candidatos, essas medidas continuam a prever o desempenho acadêmico de modo imperfeito e desempenham papel menor ainda na determinação dos candidatos que contribuirão

para o desenvolvimento de seus colegas, ou daqueles que se tornarão líderes nos campos de estudo escolhidos.

Com base nos indicadores, os autores estimam que a adoção de um norma rigorosamente neutra em relação à raça reduziria em 50% a 70% a frequência dos alunos negros nessas faculdades. O surpreendente quando contrastado com o desempenho global dos estudantes negros é o fato de 14% deles serem originários de famílias de instrução limitada e de baixo *status* sócio-econômico (SSE).

Os dados demonstram que aproximadamente 80% dos negros e mais de 90% dos outros grupos étnicos-raciais se diplomaram nessas escolas altamente seletivas o que demonstra a adequação das medidas de acesso sensível a raça.

Os inúmeros dados estatísticos apresentados pelos autores, comprovam os avanços obtidos na distribuição mais equitativa das oportunidades com base no conceito de diversidade. Esse conceito amplamente verbalizado pelos educadores norte-americanos deslocou-se, nos últimos 150 anos, do seu valor em relação à diferença de idéias e pontos de vista para definitivamente incluir a geografia, a religião, o país natal, a criação, a riqueza, o gênero e a raça. O conceito tem deixado de ser mera abstração incorpórea de outros que não convivemos, tornando-se um valor na convivência de indivíduos dessemelhantes, o que o torna essencial à aprendizagem em especial no que tange às interações sociais. Vale a pena frisar que a diversidade se estende muito além da raça e abrange diferenças de história pregressa, *status* sócio-econômico, país ou região de origem, pontos de vista e religião. Uma questão intrigante é por que outros tipos de diversidade que não a racial não causam tanta polêmica?

Uma resposta geral que encontramos no brilhante estudo de Bowen e Bok é que, apesar dos significativos avanços da população negra na ocupação de posições estratégicas no mercado de trabalho tanto no setor privado quanto no setor público, o racismo continua perpassando as relações na sociedade americana. Isso pode parecer contraditório com a afirmação feita pela grande maioria dos alunos do universo G&EP que avaliaram como de extrema importância, para as suas vidas fora do *campus* universitário, a convivência com indivíduos de raças e culturas diferentes. É interessante observar o papel que a instituição de ensino superior tem na moldagem de um ambiente no qual

os alunos possam se dar conta dos problemas sociais que eles terão que enfrentar enquanto futuros profissionais.

O estudo atinge sua meta ao nos oferecer um quadro mais “*preciso do processo longo e complexo – mais parecido com a navegação de um rio do que com o escoamento tranqüilo por uma tubulação – através do qual os jovens são instruídos e, em seguida, seguem carreira e assumem responsabilidades em suas comunidades*” (Bowen & Bok, 2004, p.365).

Para subsidiar o debate, Bowen e Bok tentam responder, a partir dos dados, como suas constatações aplicam-se aos argumentos comumente apresentados nos dois lados da controvérsia.

De acordo com as constatações dos autores segundo qualquer parâmetro as realizações dos egressos negros do universo G&EP foram impressionantes. Mas, ainda assim, os críticos continuam a questionar as premissas centrais da admissão sensível à raça. Os questionamentos mais comuns são os seguintes: 1) se esta forma de admissão beneficia esses alunos durante e após a universidade, 2) contestam as afirmações dos educadores de que a diversidade no *campus* aumenta, 3) continuam a argumentar que qualquer política de admissão que atribua um peso especial à raça agrava as tensões da sociedade em geral, 4) outros argumentam que a admissão sensível à raça reduz o incentivo para que os alunos vindos das minorias se empenhem nos estudos, 5) outro questionamento recorrente é aquele que afirma que os alunos negros sabendo que seus escores de teste e notas foram mais baixos do que seus colegas brancos sentir-se-iam desmoralizados.

Ao contrário do que prevêem os críticos que defendem a hipótese da “adequação”, o estudo constatou que quanto mais seletiva a instituição freqüentada, mais satisfeitos se disseram os alunos negros no tocante à sua experiência na faculdade, inclusive aqueles estudantes com escores de teste relativamente baixos. Os dados também demonstram que os egressos negros saem-se tão melhor em suas carreiras, em termos absolutos e em relação aos brancos, quanto mais competitivo é o meio acadêmico.

Outro aspecto importante é que os estudantes negros não acreditam terem sido prejudicados por terem freqüentado escolas seletivas dotadas de uma política sensível à raça: 77% dos diplomados negros da coorte de 1989 disseram-se “muito satisfeitos” com sua experiência educacional do curso de graduação; os insatisfeitos somaram apenas 1%. Não há fundamento na afirmação de que as admissões

sensíveis à raça, formuladas pelos que criticam toda sorte de programas de ação afirmativa, estigmatizam os negros.

Quanto ao valor da diversidade na vivência dos alunos, os resultados dos levantamentos não deixam nenhuma dúvida da sua importância no ensino superior. Uma outra conclusão é que durante os 25 a 30 anos em que a admissão sensível à raça passou a ser largamente praticada, as atitudes raciais no conjunto da sociedade melhoraram substancialmente nos EUA.

Mas os argumentos relativos à “justiça” e “mérito” que acabam por opor significativamente contrários e favoráveis continuam a obscurecer o fato de que, em 25 anos de ações afirmativas, a situação dos negros em termos de indicadores sócio-econômicos e educacionais mudou radicalmente de forma impressionante. De 1960 a 1990 os negros duplicaram sua participação entre os médicos e praticamente triplicaram sua percentagem de advogados e engenheiros. Em relação aos cargos eletivos os negros em 1965 ocupavam 280 e em 1993 esse número era 7984.

Assim, os questionamentos em relação às políticas de admissão sensível à raça colocam no centro do debate o significado do mérito. Isto é, a questão de quem merece ter assento nas universidades mais seletivas uma vez que elas asseguram, para parcelas significativas de seus ex-alunos, recompensas generosas para os indivíduos de todos os sexos e raças.

A grande questão presente no estudo é a seguinte: Como se pode mensurar o merecimento, para além dos escores de testes e notas, em uma sociedade em que os grupos étnicos-raciais são profundamente marcados por múltiplas diferenças.

A questão torna-se mais pertinente quando os autores demonstram que as notas e os escores de testes prevêm apenas 15-20% da variação entre o total de estudantes, no que concerne ao desempenho acadêmico, e uma percentagem ainda menor entre os estudantes negros. Além disso tais medidas quantitativas são pouco úteis para responder perguntas relativas ao desempenho na profissão e o impacto nas comunidades de indivíduos diplomados de grupos minoritários.

Desta forma, um processo “justo” de admissão em universidades altamente seletivas deve estabelecer uma forma de “justiça” na qual cada indivíduo seja julgado por um conjunto coerente de critérios, que não despreze o conjunto de sua experiência social

anterior relativa à situação familiar e à criação recebida na infância. Os escores de testes, normalmente, são afetados pela qualidade do ensino que os candidatos receberam, pelo conhecimento das melhores estratégias para se submeter a testes padronizados fornecidas pelas escolas preparatórias (nossos cursinhos).

O desafio, portanto, seria admitir “por mérito” seguindo regras complexas, mantendo, por um lado, o papel precípua da instituição de ensino superior na sociedade, que é educar e, por outro lado, selecionar estudantes talentosos de origens diferentes.

Uma das maiores lições do estudo é que, tal qual no Brasil dos nossos dias, o debate norte-americano se baseou, durante muito tempo, em relatos anedóticos, suposições sobre a “realidade” e conjecturas em relação às minorias antes, após e durante a implementação das ações afirmativas e, também, por posições alarmistas em torno da queda da qualidade do ensino e perda da excelência na pesquisa.

A leitura atenta do livro nos permitiu observar algumas questões relevantes ausentes, ou pouco consideradas, no atual estágio do debate no Brasil, sobre a implementação das ações afirmativas no ensino superior. Não está explícito no debate brasileiro qual é o papel das universidades e a quem realmente ela deva “servir”; a atual ausência de diversidade na composição do corpo discente e no corpo docente, no que diz respeito à raça, não tem sido suficientemente problematizada em termos dos resultados da política educacional em relação ao ensino, pesquisa e extensão para o conjunto da população; a apropriação permanente pelo grupo branco das recompensas e benefícios advindos do acesso ao diploma de uma instituição de ensino altamente seletiva têm tido impactos nefastos para o grupo negro, como demonstram sistematicamente os indicadores sociais e, finalmente, a diversidade só aparece como valor no plano discursivo (ou como os brasileiros gostam de dizer “para inglês ver”), na prática as universidades brasileiras altamente seletivas têm dificuldades de reconhecer o valor e incorporar substantivamente os diferentes grupos raciais existentes no país.

Assim, como demonstra a metáfora do rio, antes de qualquer conclusão a priori sobre as dificuldades e ou problemas da navegação em seus dois sentidos nós, brasileiros, deveríamos aprender algumas técnicas que poderiam facilitar nosso percurso no seu tortuoso curso.

Notas

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - Unicamp

²Esse banco de dados foi montado pela Fundação Andrew W. Mellon durante quase quatro anos, entre 1994 e 1997, como parte do interesse geral da Fundação em apoiar as pesquisas sobre ensino superior. No apêndice A do livro encontra-se uma explicação completa de sua construção e seus componentes, incluindo vínculos com dados compilados por outros pesquisadores.